



18º Fórum Abag

Propostas do agronegócio para o próximo Presidente da República



No processo de elaboração dos pleitos do agronegócio para o próximo mandato presidencial (2011 a 2014), a Abag apresenta a primeira versão do documento dividido em três blocos.

O primeiro traz o cenário de médio e longo prazos da produção de grãos e carnes, com base em recentes estudos elaborados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e a Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA).

O segundo traça uma retrospectiva mais de curto prazo, tendo em vista o movimento cíclico da produção agropecuária. Um diagnóstico da variação pendular entre um período de expansão dos investimentos entre 1999 a 2004 para a abrupta retração de liquidez durante 2005 e 2006, com a tênue retomada de equilíbrio de 2007 a 2009.

O terceiro destaca os principais pontos que afetam o desempenho das cadeias produtivas no agronegócio nacional, muito deles recorrentes, com análise do contexto, apresentação dos objetivos e estabelecimento de estratégias.

O trabalho faz uma releitura dos pontos delineados na proposta de 2006 em relação a 15 temas:

1. Orçamento e papel do MAPA
2. Crédito e endividamento rural
3. Seguro rural e renda
4. Tributação
5. Contratos nas cadeias produtivas
6. Segurança fundiária
7. *Marketing*
8. Sustentabilidade/ Meio ambiente
9. Negociação internacional
10. Logística e infraestrutura
11. Pesquisa, desenvolvimento e inovação
12. Agroenergia
13. Defesa sanitária
14. Normas e certificações
15. Montagem institucional

1 INTRODUÇÃO

Carlo Lovatelli

Muito bom dia aos amigos da Abag. Nossos sinceros agradecimentos pela presença neste 18º Fórum Abag. Estamos no ponto de partida para cumprir com esmero uma agenda intensa de trabalho. Com as eleições para a Presidência da República, de governadores de estados, e de parlamentares para o Congresso Nacional, este é um ano de significativa importância para todos nós. Os próximos meses se mostrarão tensos e dramáticos. Não temos a mínima dúvida disso.

Nesse contexto, o 9º Congresso Brasileiro de Agribusiness, que será realizado em 9 de agosto próximo, desenvolverá com muita tempestividade o tema Cenário 2011: Comunicação e Governança.

O nosso plano é elaborar um documento afiado e competente sobre as Propostas do Agronegócio para o Próximo Presidente da República. Esse texto será submetido à avaliação dos quatro principais candidatos. Cada um deles terá a oportunidade de se pronunciar, sendo os seus depoimentos gravados para apresentação e avaliação dos participantes no Congresso da Abag.

Essa iniciativa visa a buscar o comprometimento dos candidatos para a solução dos principais fatores que afetam a competitividade do setor, a exemplo dos procedimentos adotados nas quatro últimas eleições presidenciais, de 1994, 1998, 2002 e 2006.

Tendo como base principal os 15 pontos tratados no documento elaborado em 2006, vamos apresentar aqui uma releitura do *status* de cada um deles no horizonte de 2010. Enfim, um breve diagnóstico dos gargalos que obstruem os avanços, junto com os registros dos progressos observados. Incluímos alguns pontos novos e estamos abertos para mais contribuições. Enxergamos nisso um processo construtivo para que nós compartilhemos as nossas visões num esforço coletivo. Se o agronegócio melhorar, ganhamos todos nós;

Temos aqui, para a nossa honra e júbilo, a presença de uma personalidade que é referência para o agronegócio do Brasil e do mundo: Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, para dar um colorido bem especial a este evento.

No último Congresso da Abag, de nº 8, quando tratamos do tema Agronegócio É Sustentabilidade: Crises e Oportunidades, o ministro Daniel Vargas, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, oportunamente, chamou a atenção para o fato de que é difícil compreender porque até agora um plano de desenvolvimento da agricultura brasileira não tenha sido concebido e tratado com prioridade absoluta.

Segundo o ministro, com o qual concordamos plenamente, falta para o setor um planejamento com ideário forte e coeso,

que sirva como ponto de referência no futuro. Uma política de Estado a ser seguida, independentemente de quem esteja no poder.

O ministro Daniel afirmava ainda que não há razão para tratarmos, de um lado, da agricultura familiar e, de outro, o agronegócio, como atividades distintas e opostas, que disputam espaço no Brasil. Sempre fomos a favor de UM SÓ AGRONEGÓCIO, o que já foi tema de nosso congresso. Não existe outro país com dois ministérios da Agricultura. Assegurar atributos para a agricultura de pequeno e grande porte deve ser uma das nossas prioridades.

Devemos tratar o futuro do Brasil estimulando a urbanização e valorizando a atividade rural, como se ambas fossem culturalmente ou economicamente importantes e dignas. Reforçar estímulos à agregação, por meio da industrialização rural, para gerar renda e melhores condições de vida no campo.

Contamos com a participação deste seletor plenário para, de agora em diante, elaborarmos, em conjunto, um documento para ser submetido aos candidatos à Presidência da República. Vamos sentir o grau de compromisso de cada um, para que possamos decidir os nossos votos e fazermos a cobrança durante o governo daquele que vencer nas urnas.

Presidente da Abag

2 CENÁRIO EXTERNO

Mais bocas para alimentar

Com a crise econômica e o aumento dos preços dos combustíveis e alimentos no biênio 2007 e 2008, a situação das zonas rurais dos países em desenvolvimento sofreu dramática deterioração. Além de serem as mais afetadas pelo contexto adverso, as pessoas na linha de pobreza também são prejudicadas com o aumento dos índices de desemprego. Com isso, a quantidade de pessoas a padecer de fome subiu no mundo para 1.020 milhões.

Para a FAO, que utiliza previsões de mais longo prazo de população, a produção de alimentos mundial terá de aumentar entre 40% e 70% até 2050, em comparação aos níveis médios do período de 2005-07.

O crescimento populacional estará concentrado nas áreas urbanas dos países em desenvolvimento. Como a população do campo diminuirá, a força de trabalho rural terá de ser mais produtiva. Uma maior produtividade requer melhor funcionamento das cadeias produtivas e investimentos em agricultura, como em tratores, implementos, colheitadeiras, dentre outros, com trabalhadores bem treinados.

Mundo: demanda de alimentos

Produto	2006	2050	Variação %
Cereais (1)	2.100	3.000	42,85
Carnes (1)	228	463	103,07
População total (2)	6,8	9,2	35,29
População urbana (2)	3,32	6,44	93,9

Fonte: FAO, 2009 (1) (milhões de toneladas) (2) bilhões de pessoas

A produção de biocombustíveis também aumentará a demanda de produtos agrícolas básicos, em função do maior preço da energia fóssil e estímulo das políticas governamentais.

Disponibilidade de terra

Existe uma quantidade adicional de terra disponível para utilização agrícola. Aproximadamente, 1.560 milhões hectares poderiam ser adicionados aos atuais 1.400 milhões hectares de terra fértil. Na África e na América Latina se encontra mais de metade da terra adicionalmente disponível.

Agricultura irrigada

Estima-se que, no ano 2030, metade dos alimentos produzidos e dois terços de todos os cereais colhidos serão oriundos da agricultura irrigada. Segundo a FAO, a irrigação será responsável por 40% da expansão de área agrícola mundial no período 1995-2030 e 60% do crescimento de produção de alimentos.

Mundo: sistema de produção na agricultura

Sistema	Área		Produção
	milhão de hectares	Participação %	Participação %
Sequeiro	1.200	72	56%
Irrigada	278	18	44%

Fonte: FAO, 2009

Como o incremento será de 11%, a agricultura para irrigação deverá crescer a um ritmo menor. A água alcança níveis de escassez alarmantes, em particular no Oriente Médio, na África do Norte e Ásia Meridional. Essa situação poderá ficar mais crítica com as mudanças climáticas.

Segundo a FAO, os investimentos no setor agrícola dos países em desenvolvimento, terão de ser da ordem de US\$ 83 bilhões ao ano, para garantir a alimentação da população mundial até 2050. Os preços dos alimentos no mercado mundial devem continuar altos e instáveis no médio prazo. A conjuntura ocorrida entre 2007 e 2008, poderá se repetir.

3

CENÁRIO INTERNO

Agronegócio para o planeta

O Brasil é um dos principais celeiros na produção e comercialização de produtos agroindustriais. Depois dos Estados Unidos e da União Europeia, o País é o terceiro maior exportador mundial, na frente do Canadá, da Austrália e da China. Esse desempenho ocorre mesmo com as barreiras técnicas, como os problemas sanitários, que fazem com que muito mercados se fechem, depreciem e impeçam o acesso de produtos nacionais.

Existem produtos brasileiros com enorme potencial para se agregar àqueles que já ocupam as primeiras posições no *ranking* das exportações. Mesmo com o consumo interno sendo o grande destino da produção nacional, o embarque externo continuará em ritmo vigoroso. Por tudo isso, a inserção do agronegócio no comércio mundial persistirá dinâmica.

Trabalho da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AGE/MAPA) aponta previsões favoráveis para o agronegócio no horizonte 2019/20, mas existe uma complexa lição de casa para ser cumprida.

A importância da tecnologia é muito importante, pois do crescimento acumulado nos principais grãos plantados no País 34,5% virão via expansão de área, e os ganhos de produtividade representarão 65,5%.

Em termos de aumento de área com lavouras (anuais e perenes), a projeção é de um incremento de 60 milhões de hectares para 71 milhões de hectares. Este avanço estará concentrado na soja (4,7 milhões de hectares) e na cana-de-açúcar (4,3 milhões de hectares), em espaços que substituirão áreas de pastagens, com técnicas amigas do ambiente.

Na agricultura energética, já houve a largada do *rally* dos países na busca de desenvolver combustíveis mais limpos e renováveis. Escalada de preços, esgotamento das fontes suprido-



Brasil: crescimento acumulado de soja, milho, trigo, arroz e feijão

Item	2008/09	2019/10	Variação [%]
Produção (milhões de t)	129,8	177,5	36,72%
Área (milhões de hectares)	44,2	50,1	13,57%
Produtividade (toneladas por hectare)	2,93	3,54	20,36%

Fonte: AGE

Brasil: projeções de produção no agronegócio

Produto	Unidade	2008/09	2019/20	Variação [%]
Milho	milhões de toneladas	50,97	70,12	37,57
Soja	milhões de toneladas	57,09	81,95	43,55
Trigo	milhões de toneladas	5,67	7,07	24,7
Laranja	milhões de toneladas	18,54	21,06	13,55
Carne de Frango	milhões t. equiv.carcaça	11,13	16,63	49,44
Carne Bovina	milhões t. equiv.carcaça	7,83	9,92	26,76
Carne Suína	milhões t. equiv.carcaça	3,19	3,95	23,91
Cana-de-Açúcar	milhões de toneladas	571,00	1006,00	78,18
Açúcar	milhões de toneladas	31,5	46,7	48,24
Etanol	bilhões litros	27,67	62,91	127,33
Algodão	milhões de toneladas	1,19	2,01	68,19
Arroz	milhões de toneladas	12,63	14,12	11,72
Feijão	milhões de toneladas	3,48	4,27	22,61
Leite	bilhões de litros	30,34	37,75	24,45
Farelo de Soja	milhões de toneladas	22,48	28,17	25,27
Óleo de Soja	milhões de toneladas	5,69	7,92	39,08
Papel	milhões de toneladas	9,41	12,24	30,04
Celulose	milhões de toneladas	12,7	18,1	42,56

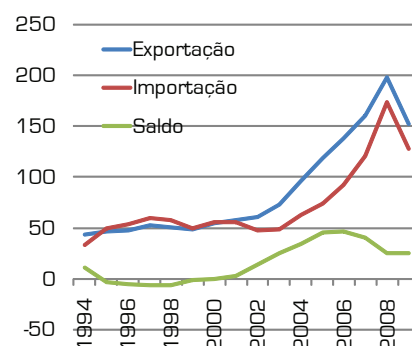
Fonte: AGE

Brasil: projeções de exportação no agronegócio

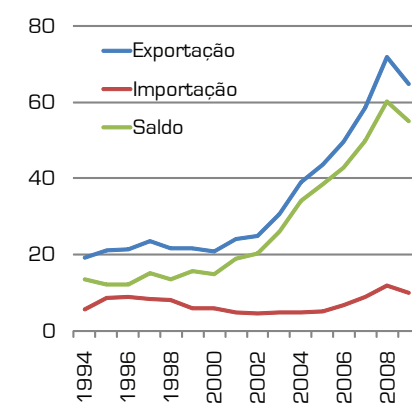
Produto	Unidade	2008/09	2019/20	Variação [%]
Milho	mil toneladas	7.000	12.620	80,3
Soja	mil toneladas	27.600	37.870	37,2
Suco de Laranja	mil toneladas	2.030	2.650	30,1
Carne de Frango	mil t. equiv.carcaça	3.550	6.090	71,5
Carne Bovina	mil t. equiv.carcaça	1.690	3.090	82,8
Carne Suína	mil t. equiv.carcaça	610	830	37,3
Açúcar	mil toneladas	21.140	32.200	52,3
Etanol	bilhões litros	4.680	15.120	222,9
Algodão	mil toneladas	440	830	91,6
Farelo de Soja	mil toneladas	12.300	13.640	10,9
Óleo de Soja	mil toneladas	1.500	2.290	52,8
Leite	milhões de litros	1.050	1.940	84,3
Celulose	mil toneladas	7.040	11.080	57,39
Papel	mil toneladas	1.980	2.820	42,42

Fonte: AGE

ras, problemas de poluição e mudanças climáticas forçam a corrente para criar produtos sucedâneos do petróleo. Na esteira do sucesso alcançado pelo etanol, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2004, aparece como grande esperança.

Brasil: balança comercial (US\$ bilhões)

Fonte: Secex

Brasil: balança comercial do agronegócio (US\$ bilhões)

Fonte: Secex

Sem adequações ao longo do tempo, marcos regulatórios na legislação fundiária, ambiental e de política agropecuária criam insegurança para o agronegócio. Além disso, não permitem que muitas oportunidades sejam aproveitadas.

Atualmente, o agronegócio incorpora cadeias produtivas complexas, em que interagem biotecnologia, nanotecnologia, informatização e logística, dentre outras.

As atividades agropecuárias, industriais e de serviços funcionam de forma integrada. A tecnologia de informação e organização dão novos moldes para a agricultura funcionar na economia.

Por sua vez, como a agropecuária é uma atividade à mercê de movimentos cíclicos por uma série de fatores conjunturais (produção, demanda, clima, pragas doenças, preço, política etc.) e estruturais (tecnologia, gestão, processo etc.), que afetam o seu desempenho, em ano de sufrágio eleitoral à Presidência da República e ao Congresso Nacional, questões estratégicas do agronegócio são importantes para ser apresentadas:

- Priorizar medidas anticíclicas e salvaguardar a renda do campo.
- Desenvolver estratégias para crescer de forma sustentável.
- Garantir a balança comercial e inserir o país na economia global.

Variações cíclicas

Depois da fase de ajustamento crítico para viabilizar o Plano Real, de 1998 a 2005, o agronegócio passou por três fases bem distintas:

1. Forte expansão, de 1999 a 2004, com grandes investimentos fundiários (terras e máquinas), impulsionado pelas importações da China, as doenças da vaca louca e aftosa nos Estados Unidos e na União Europeia, a desvalorização do câmbio e preços internacionais favoráveis.
2. Retração, de 2005 e 2006, com estiagens e doenças (ferrugem na soja), que trouxeram quebras na colheita e redução da renda do campo. Sem políticas anticíclicas e com altos investimentos, a situação dos agricultores ficou dramática para quitar os empréstimos;
3. Manutenção, de 2007 a 2009, com renegociações caso a caso dos endividamentos, preços internacionais favoráveis, mas com câmbio valorizado e problemas de logística e infraestrutura. A crise financeira mundial impacta pesado nas cadeias produtivas com alto grau de investimento e alavancagem financeira, como a da carne bovina e a suínoenergética.

Apesar dessas variações cíclicas, o agronegócio foi um dos esteios para o sucesso do Plano Real, como demonstram as va-

Volatilidade no agronegócio

	1999 a 2004	2005 e 2006	2007 a 2009
Área	Expansão	Retração	Manutenção
Câmbio	Desvalorizado	Valorizado	Valorizado
Preços	Favoráveis	Desfavoráveis	Voláteis
Doenças	EUA e UE	Brasil	Brasil
Exportação	Dobra	Cresce	Cresce
Renda	Cresce	Diminui	Estável
Imobilização	Alta	Alta	Alta
Dívida	Com liquidez	Sem liquidez	Sem liquidez



riações de importantes índices da atividade econômica, de julho de 1994 (início do plano) a dezembro de 2009:

- Câmbio: 77%;
- Cesta básica: 165%;
- Inflação: 246%;
- Salário mínimo: 618%

Mesmo com pressões de custos, como mostram a evolução da inflação e do salário mínimo em comparação à cesta básica, o setor contribuiu para a segurança alimentar interna e gerou enormes saldos na balança comercial, ainda que com o câmbio em processo de elevada valorização.

Propostas de medidas

A apresentação dos cenários de aumento na demanda mundial alimentos, principalmente nos países em desenvolvimento, bem como na produção e exportação do agronegócio, ajuda a clarear as alternativas para o Brasil desenvolver suas forças competitivas e avançar no mercado mundial. Para facilitar a uniformidade do discurso, a seguir serão tratados cada um dos 15 pontos propostos para o próximo presidente da República.

4

PROPOSTAS PARA
O CANDIDATOOrçamento e o papel do MAPA
ALINHAR FUNÇÕES

Contexto

Sensível às mudanças conjunturais e estruturais do seu ambiente de negócio, a agropecuária precisa contar com o apoio e a regulamentação do Estado para ter mais estabilidade ante as forças de mercado. As questões envolvem muitas frentes, desde a pesquisa e sanidade até os aspectos fundiários e ambientais.

Infelizmente, a participação do MAPA no Orçamento Geral da União mostra uma tendência declinante nos últimos trinta anos: caiu de 7,5% para 1,88% de 1980 a 1990. Em 2000 estava com 1,61%, enquanto em 2009 ficou com 1,00%. De 2003 a 2009, o MDA passou a absorver mais de 30% do orçamento do MAPA. O desequilíbrio na gestão fez com que áreas importantes, como a sanitária, sofressem contingenciamento e cortes nos recursos.

Existe uma dicotomia na política pública setorial com dois ministérios. Isso não existe em outros países. Há um equívoco contrapor agronegócio e agricultura familiar. Como agronegócio é ter a visão da cadeia produtiva do produto agropecuário, a sua aplicação cabe para a pequena, média e grande propriedades.

Objetivo

Mostrar a importância do Estado para induzir o desenvolvimento econômico e social:

1. Na formulação e implementação das políticas públicas;
2. No aperfeiçoamento das cadeias produtivas.

A administração federal deve buscar, junto com as estaduais, um trabalho de

médio e longo prazos com a iniciativa privada.

Estratégia

Os recursos alocados no MAPA devem ser compatíveis com a magnitude do setor na economia nacional: 26% do PIB (2008) e 42,3% das exportações (2009).

Por razões de racionalidade nos gastos e cumprimento de atribuições sem duplicidade, a unificação do MAPA, MDA e da Secretaria da Pesca faz sentido do ponto de vista de planejamento, orçamento e execução.

É fundamental detectar as áreas de serviços que são passíveis de terceirização, parcerias e credenciamento, entre governo federal, estadual e iniciativa privada, para a montagem de redes laboratoriais, assistência técnica, certificação e rastreabilidade, entre outras.

O MAPA também deve assumir a responsabilidade nas políticas agroambientais, florestais e do uso da água para irrigação, para dar uma visão mais integrada entre a agropecuária e o meio ambiente. Isso ajudará a produção e a ocupação da atividade agropecuária em equilíbrio com os recursos naturais, conforme almejado pela sociedade em geral.

Crédito e Endividamento Rural

NOVO MODELO

Contexto

Entre as safras 1999/00 e 2003/04, a agricultura fez grandes investimentos fundiários (terras e máquinas), principalmente na Região Central. Com alta alavancagem financeira, os problemas climáticos e os preços desfavoráveis nas safras 2004/05 e 2005/06, o endividamento rural atingiu proporções impagáveis.

Em 27 de maio de 2008, o governo anunciou a publicação da MP 432. As medidas anunciadas resolviam mais os problemas dos pequenos produtores e daqueles que não precisavam de novos financiamentos. Foi mais uma rolagem das

dívidas agrícolas, sem o critério dos cálculos de atualização do saldo devedor.

Posteriormente, com conversão da MP 432 na Lei nº 11.755, em agosto de 2008, houve a renegociação de 2,8 milhões de contratos no valor de R\$ 75 bilhões, de um saldo da dívida de R\$ 110 bilhões. A renegociação não foi um processo automático, pois dependia da análise dos agentes financeiros. As instituições financeiras e os fornecedores de insumos têm dificuldades para avaliar a real capacidade de endividamento dos produtores. Como muitos agricultores passaram a ter problemas na classificação de risco, os seus acessos ao crédito foram dificultados. Com isso, os recursos previstos nos Planos Agrícolas e Pecuários deixam de ser aplicados integralmente.

Na verdade, o Sistema Nacional de Crédito Rural, a Lei nº 4.829 de 5 de novembro de 1965, dá sinais evidentes de esgotamento para operar na realidade atual do agronegócio.

Com o tempo, o crédito rural se tornou um crédito bancário e comercial, com exigências de provisão e custo de capital cada vez maiores. Hoje atende aproximadamente a um terço das necessidades do setor, enquanto nos anos 70 a disponibilidade superava o valor da produção. Falta transparência de informações por parte dos produtores e agentes da cadeia produtiva

Objetivo

1. Rede de proteção para mitigar o risco no crédito para os agentes da cadeia produtiva;
2. Aporte de crédito, de acordo com o fluxo de caixa e situação patrimonial do agricultor;

Estratégia

Formalização do produtor rural com a transformação do produtor rural de pessoa física para jurídica, com:

1. Mais transparência da situação fiscal, financeira e patrimonial, bem como na alocação de recursos públicos;

2. Redução do imposto de renda e impostos indiretos (PIS/Cofins, ICMS etc.);
3. Mudança na legislação para estimular os agentes financeiros a aportarem recursos para as cadeias produtivas;
4. Recursos obrigatórios para os programas sociais;
5. Estabelecer grau de alavancagem ao produtor;
6. Montagem da central de registro e lista positiva de mutuários;

Estimular os instrumentos de transferência de recursos do mercado de capitais para o crédito rural: CDCAs, LCAs, CRAs etc. bem como aperfeiçoar as operações PEP, Pepro, Opções de Venda, Subsídio ao Frete entre outras;

Formar um fundo garantidor de crédito financiado pelo governo e pelos agentes financeiros, para cobrir as inadimplências residuais;

Operações com base em zoneamento econômico ecológico;

Manter a participação do BNDES nas linhas de investimento;

Seguro Rural e Renda GESTÃO PRIVADA

Contexto

Como permite proteção ao produtor rural das perdas resultantes de eventos ambientais, o seguro é um instrumento de estabilização da renda, de geração de emprego e de promoção do desenvolvimento tecnológico. Também tem efeito importante sobre o crédito rural, pois ao mitigar o seu risco e a inadimplência, facilita a incorporação das atividades rurais no mercado de capitais.

Apesar de representar modelos com participação significativa do Estado, o seguro rural nos Estados Unidos e na Espanha têm custo fiscal elevado e aparente eficácia. Daí, a sua pouca viabilidade onde os recursos públicos são escassos, como no Brasil.

A Lei nº 10.823, de 19 de dezembro

de 2003, autorizou o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), que começou a funcionar em 2005. Trata-se de um incentivo que consiste no pagamento de parte do prêmio de seguro contratado pelo produtor. Mesmo com o interesse dos produtores, o problema tem sido a indefinição na aprovação do orçamento do PSR.

Entre as safras 2004/05 e 2005/06, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil estimou uma perda de 26,5 milhões de toneladas devido a problemas climáticos. Caso essa produção estivesse coberta pelo seguro rural, os produtores poderiam ter sido indenizados em R\$ 10,3 bilhões, correspondentes a 57,2% da perda de renda.

Em 2007, a Lei Complementar nº 126, regulamentada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados, abriu o mercado brasileiro de resseguro às empresas internacionais.

Em 2008, projeto de Lei Complementar nº 374, autorizou o Poder Executivo a criar o Fundo de Catástrofe, que substitui o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), instituído pelo Decreto Lei nº 73, de 1966.

Objetivo

Implementar medidas anticíclicas perenes de proteção da renda, como o seguro rural, bem como levar instrumentos mais modernos e complementares associados a mecanismos de *hedge* e opção.

Estratégia

Constituição do Fundo de Catástrofe, conforme previsto em lei, com:

1. Gestão por sociedade de propósito específico (SPE), que fará a análise das carteiras das seguradoras, definirá prêmios, analisará riscos entre outras coisas;
2. Conselho diretor formado por governo, seguradora, resseguradora e agroindústria;
3. Fonte de recursos oriundos de governo, seguradora, quotista, repasse de prêmios entre outros;
4. Aplicação financeira da reserva técnica do fundo.

O sistema exige elaborada normatização técnica, com formação e treinamento de equipes. Os fiscais e peritos deverão monitorar o programa, padronizar os processos de inspeção e acompanhar de sinistros.

O Plano Trienal elaborado pelo Comitê Gestor Interministerial do Seguro Rural deverá ser rigorosamente cumprido pelo PSR.

As operações serão feitas com base em zoneamento econômico ecológico.

Tributação

DIMINUIR A CARGA

Contexto

A necessidade de uma revisão geral no complexo sistema tributário brasileiro é conhecida pelos segmentos da sociedade. Para produzir com mais eficiência e menos custo, é preciso reduzir a carga fiscal que incide sobre produtores e consumidores, estimular a formalização e permitir o desenvolvimento mais equilibrado de estados e municípios.

Diferenciado do padrão mundial, que recolhe o imposto no destino, além do sistema tributário nacional ser complexo, a sua carga em relação ao PIB tem sido excessivamente crescente, passou de 27% para 35,02% entre 1994 e 2009, após bater no pico de 37,3% em 2005.

Encaminhado ao Congresso, em fevereiro de 2008, o projeto de reforma do sistema tributário não avançou e praticamente foi postergado para o próximo governo.

De 1998 a 2008, foram formuladas 3,7 milhões de normas tributárias, com uma média de 766 por dia (IBPT). No Brasil é onde mais se gastam horas por ano entre 178 países – 2.600 horas segundo a Pricewaterhouse Coopers – para cumprir as exigências tributárias,

Objetivo

O sistema tributário deve ser simples, previsível e justo, de modo a oferecer condições para gerar ao País maior crescimento

econômico, uma distribuição federativa que beneficie o Estado, o consumidor e diminua a clandestinidade.

Estratégia

Estabelecer mecanismo para desonerar a exportação e o investimento, principalmente na cadeia de alimentos, fibras e biomassa, com princípios da isonomia e neutralidade que eliminem a guerra fiscal entre os estados.

O caso do complexo soja

- **Lei Complementar nº 87 (Lei Kandir)**, de setembro de 1996: não incidência de ICMS na exportação de grãos;
- **Distorção no complexo: 12%** na passagem do grão entre os estados;
- **Recolhimento no estado produtor do grão precisa ser transferido para o estado onde está situada a planta industrial:** acúmulo estrutural no crédito de ICMS;
- **Falta tratamento isonômico no Funrural:** na venda direta do grão para exportação não há incidência. Na venda do grão para industrialização ocorre a incidência mesmo que seus derivados (farelo e óleo) sejam destinados para exportação (*sub judice*).
- **Harmonização tributária no Mercosul;**
- **Argentina pratica a retenções:** 35,0% nos grãos; 32,0% nos derivados; 20,0% biodiesel;
- **Brasil estimula a exportação de grãos:** Lei Kandir (exportação de investimentos e empregos)
- **Argentina:** estimula exportação de derivados (plantas de grande escala); risco de operação *draw back* – importa matéria-prima produzida no Brasil e reexporta derivados.

Retomar a proposta no Congresso, com as principais mudanças ligadas à extinção de cinco tributos (Cofins, PIS, Cide, salário-educação e CSLL) e à criação do IVA-F e a unificação das 27 legislações estaduais do ICMS.

Contratos nas cadeias produtivas

QUESTÃO DE ÉTICA

Contexto

A aplicação dos contratos de compra e venda entre os produtores e a agroindústria mostra o grau de maturidade e fortalecimento das cadeias produtivas.

O sistema de integração entre as agroindústrias e os criadores de aves e suínos é um modelo de sucesso e em contínua expansão no País, desde os anos 1970.

Já na soja, o modelo favoreceu o incremento recente da lavoura. Contudo, a falta de seu cumprimento na safra 2003/04, com a mudança no cenário de preços entre os períodos de colheita e plantio, desabonou todo o processo. Até agora, o estrago não foi reparado, pois um rompimento unilateral coloca em xeque a credibilidade e a transparência do sistema.

Na cadeia produtiva da cana-de-açúcar desperta a atenção o Conselho dos Produtores de Cana, Açúcar e Alcool do Estado do São Paulo (Consecana), em vigor desde 1998, como instrumento para balizar o preço pago pela usina ao fornecedor. Um avanço será o estabelecimento de contratos de comercialização de longo prazo entre usinas e distribuidoras de combustíveis, principalmente durante o período crítico da entressafra.

Objetivo

Estimular a adoção de contratos como alternativa importante para:

1. Carrear recursos para o setor primário, fora do sistema oficial;
2. Harmonizar os conflitos de distribuição de renda nas cadeias produtivas.

Disseminar a consciência da necessidade de transparência, credibilidade e cumprimento entre as partes envolvidas, em que o elemento-chave é a ética.

Estratégia

Estimular o emprego desse modelo em outros segmentos, como os de citros e carnes. A inclusão de cláusula para dirimir conflitos em conselhos arbitrais representa uma facilidade para a solução de controvérsias e é uma evolução, do ponto de vista mercadológico.

Segurança Fundiária

DIREITO DE PROPRIEDADE

Contexto

O Estatuto da Terra, a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, constitui um marco legal inadequado para a realidade atual do agronegócio.

Parte importante do crescimento da produção agropecuária no Brasil decorre de ganhos de produtividade, com a incorporação de tecnologia e melhoria na gestão em áreas consolidadas.

Usar índices de produtividade como critério de desapropriação de terras para reforma agrária constitui um equívoco radical e gera insegurança no campo, assim como decisões sem discussão e sua aprovação no Congresso de matérias sobre desapropriações, invasões, unidades de conservação, terras indígenas, quilombos, função social da terra, entre outras coisas.

Existem dificuldades para planejar e fiscalizar a estrutura fundiária nacional, com problemas na titularidade das terras, sendo o processo de regularização fundiária caro e moroso.

No passado, a produtividade agrícola estava associada ao desempenho da terra e da mão de obra. Agora, depende da tecnologia disponível, da engenhosidade do produtor e dos preços de insumos e produtos. O indicador para orientar

as políticas públicas é a relação entre a renda bruta e o custo total de produção, abaixo de um é instabilidade, acima é sustentabilidade.

Do ponto de vista administrativo, o produtor deve levar em conta os sinais emitidos pelo mercado (preços de insumos e produtos) e não o aumento da produtividade da terra.

Objetivo

O governo deve zelar, em qualquer tempo, pela garantia do direito de propriedade e do uso da terra ao legítimo proprietário. A garantia da paz no campo é um dos pressupostos básicos para atrair recursos para investimentos produtivos e trazer prosperidade para o agronegócio.

Regularizar a estrutura fundiária brasileira com vistas a desenvolver políticas sociais e empresariais adequadas, bem como permitir a fiscalização e o monito-

ramento das atividades, de acordo com a realidade regional, em termos fundiários e de renda.

Estratégia

Concluir o cadastramento fundiário brasileiro e estabelecer regras claras para desapropriações, com a honra das ordens judiciais de reintegração de posse e o cumprimento de indenizações prévias e justas.

Desenvolver projetos planejados de colonização:

- Sem política distributivista de terras;
- Facilitar a compra de glebas e priorizar pessoas com vocação para a atividade rural;
- Emancipação econômica, geração de renda, empregos e oportunidades.

Iniciativas que promovam o cooperativismo, associativismo, os consórcios, condomínios e o empreendedorismo.

Marketing

EXPORTAÇÃO E IMAGEM

Contexto

O Brasil ainda tem espaço significativo para crescer no mercado mundial, apesar de exportar para mais de 180 países. A participação da agropecuária no comércio mundial é pequena, sendo a da agropecuária brasileira de apenas 0,4%.

Nos últimos dez anos, o valor das exportações do agronegócio mais que triplicou. Houve diversificação de mercados, mas concentração em termos de produtos exportados, os complexos soja, carnes, sucroalcooleiro e de café aumentaram de 50 para 66% a sua participação na pauta exportadora do agro brasileiro.

Não obstante o Brasil ocupar a liderança mundial nas exportações de vários produtos, os mercados (representados



Comércio no mundo e no Brasil em 2007, em US\$ bilhões

Comércio	Mundial (1)	Brasil (2)	(2)/(1) %
Total (1)	10.461,0	160,0	1,5
Agropecuária (2)	668,0	45,0	6,7
(2)/(1) %	6,4	28,1	-

Fonte: Contrade/ONU, Trademap/CCI e Eurostat

principalmente pelos países desenvolvidos) fechados para o País, tanto por barreiras sanitárias como tarifárias, representam cerca de US\$ 20 bilhões por ano.

Em 2005, começou a funcionar a Secretaria de Relações Internacionais no MAPA, para desenvolver atividades ligadas a inteligência comercial, fomento às exportações, organização de eventos no exterior, promoção da imagem do Brasil, atração de investimentos, missões comerciais, entre outros.

Mais recentemente, o governo criou o cargo de adido agrícola em oito embaixadas no exterior (Bélgica, Argentina, Suíça, Rússia, China, África do Sul, Japão e Estados Unidos). Em 18 de janeiro de 2010, foram publicados no *Diário Oficial da União* os nomes dos candidatos escolhidos, que ficarão dois anos fora do Brasil para desenvolver trabalho de pesquisa de mercado e facilitar as negociações sobre o tema sanitário e fitossanitário.

Com relação à imagem, o agronegócio sofre negativamente com os conceitos distorcidos ligados a produtos de exportação *versus* abastecimento interno; ambientalista *versus* ruralista; agricultura familiar *versus* empresarial; agricultura convencional *versus* orgânica;

Objetivo

Desenvolver agenda estruturada e proativa, com melhoria da informação aos exportadores e organização regular de missões para o exterior.

Difundir uma cultura exportadora junto aos produtores, cooperativas e pequenas agroindústrias, com a formulação de um amplo programa de valorização da imagem do agronegócio brasileiro, dentro e fora do Brasil;

Estratégia

Mais coordenação e proatividade nas negociações externas, com a organização de

uma agenda que tenha visão estratégica e eleja prioridades. Isto demanda uma articulação com o setor privado e a implantação de sistema de inteligência comercial e a melhoria dos instrumentos de apoio ao exportador.

O aumento das exportações do agronegócio passa pela abertura de novos mercados, pela diversificação de produtos, agregação de valor e exploração de nichos de mercado, com marcas, selos e certificações.

Há também dependência de negociações para a redução de tarifas e a remoção de barreiras técnicas, principalmente as sanitárias e fitossanitárias. É preciso insistir para que esses países respeitem as regras dos organismos internacionais dos quais são signatários. A presença dos adidos agrícolas deverá ajudar nesse sentido.

Quanto às negociações para redução de tarifas, o impasse na Rodada Doha, da OMC, tem obrigado os países a buscar acordos bilaterais. Todavia, o Brasil está muito amarrado pelo Mercosul, cujas regras exigem negociar apenas os itens tarifários sobre os quais os quatro países-membros estejam concordes. Com isso, em vários mercados produtos brasileiros pagam tarifas acima das de seus concorrentes que já negociaram acordos bilaterais de reduções tarifárias. É preciso flexibilizar as regras do Mercosul, com mais liberdade aos países-membros para contemplar suas especificidades em cada negociação.

A agregação de valor é um processo mais complexo, pois enfrenta a escalada tarifária (imposto de importação mais elevado para produtos com maior grau de processamento), com exigência de escala, *marketing*, marcas, acesso aos sistemas locais de distribuição e adequação às preferências do consumidor do mercado-alvo. Uma opção mais imediata, ainda que de menor agregação de

valor, é a exportação das carnes de aves e de suínos, em substituição às de milho e de farelo de soja.

Dar maior ênfase na promoção comercial, com a agregação sinérgica de órgãos como a Apex-Brasil, o DPR/MRE, o MDIC e a SRI/MAPA, para o desenvolvimento de um plano de *marketing* que agregue a comunicação e a valorização do agronegócio, no que diz respeito ao combate e prevenção de campanhas e reportagens difamatórias.

Sustentabilidade

BASE NA CIÊNCIA

Contexto

O discurso da sustentabilidade começou a sensibilizar a opinião pública, principalmente a partir da declaração da Comissão Brundtland, de 1990, aprovada na Rio 92, de que “atender às necessidades das presentes gerações sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”.

Emanados da chamada *Triple Bottom Line*, a sustentabilidade leva em conta as variáveis ambiental, social e econômica das cadeias produtivas. É uma ferramenta de redução de riscos e agregação de valor sob a ótica das empresas e dos processos relativos aos agronegócios.

Relatórios de sustentabilidade são adotados por importantes empresas e instituições brasileiras. Aprimorar o País na premente questão corresponde a analisar um marco regulatório importante, que é a legislação ambiental.

Em 2007, o Painel Intergovernamental de Mudança Climática (IPCC), com a publicação do 4º Relatório de Mudança Climática do Comitê do Painel, junto com Al Gore, ex-presidente dos EUA, que produziu o filme *Uma Verdade Inconveniente*, ganham o Premio Nobel. Com isso, a opinião pública mundial fica sensível ao tema do aquecimento e das mudanças climáticas do planeta.

Globalmente, as queimadas e o desmatamento ganharam destaque e passa-

ram a servir como barreira protecionista no comércio internacional, como condicionantes nos contratos (madeira certificada, moratória da soja, moratória do boi, etanol verde).

A Conferência das Partes (COP), do Quadro de Mudança Climática do ONU, criado em 1994, foi alvo de atenção e atraiu as principais lideranças mundiais.

Para tratar desse tema, entidades do agronegócio criaram o Instituto do Agronegócio Responsável (Ares) e montaram a parceria Aliança Brasileira Para o Clima (ABC) para atuar na COP-15, de 2009, em Copenhague, na Dinamarca.

Internamente, o Código Florestal Brasileiro, concebido pela Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, com diversas alterações ao longo do tempo, sendo agora regido pela MP 2.166, de 24 de agosto 2001, com 67 reedições até o momento,

Além de promover mudanças nas áreas de preservação permanente (APPs), a legislação estabeleceu a obrigatoriedade de preservação de porcentagens fixas de áreas no interior das propriedades, a título de reserva legal (RL), que variam de 80% na região de Floresta Amazônica, a 35% na área de transição de Cerrado da Amazônia Legal e 20% das demais regiões. Existe hoje um cipoal de 16 mil normas ambientais.

Essa mudança na legislação ocorreu quando a ocupação agropecuária de várias regiões já havia sido consolidada. O seu conteúdo impôs parâmetros meramente aritméticos, sem base técnica quanto às peculiaridades e complexidades de cada ecossistema e região. Os princípios legais, como o direito adquirido e a irretroatividade das leis, entre outros, foram contrariados. A Constituição Federal reza que o ônus da preservação ambiental não recairá apenas sobre o produtor rural, mas também à sociedade.

Enquanto se discute a criação do Código Ambiental, com consultas públicas no país, as negociações que envolvem o Ministério Público para firmar o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) com os produtores rurais são complexas, morosas e custosas, pois muitas vezes desconside-

ram o histórico da propriedade no caso de averbação da reserva legal. Isso gera problemas para a tomada de crédito, constituição de garantias e transferência de posse, dentre outros.

Objetivo

Adequar a Lei Ambiental em substituição à Florestal com base em ciência e tecnologia, oferecendo autonomia para que cada estado legisle sobre o seu território, respeite o Estado de Direito, crie incentivos e não apenas punição, enquanto à União caberá apenas o ordenamento geral.

Estratégia

Implantar o Zoneamento Ecológico-Econômico para definição das áreas de ocupação, exploração, preservação e recomposição em cada unidade agroecológica. O assunto merece tratamento de emergência, pois a observação estreita das inconsistências estabelecidas na atual legislação ambiental brasileira pode levar à paralisação do setor primário nacional.

Desenvolver análises técnicas e científicas que se traduzam em ganhos efetivos ao meio ambiente e à biodiversidade. No caso da Amazônia cabe uma atenção especial, pois a região é foco de especulação internacional e argumento para

constituição de barreiras comerciais não tarifárias.

Estabelecer índices de sustentabilidade (IS) que validem as tecnologias adotadas no uso das terras e na produção agropecuária, com a criação de metodologia para remunerar os serviços ambientais.

Fortalecer a imagem do agronegócio associada à economia de baixo carbono, com a difusão de relatórios sobre inventários de gases de efeito estufa nas cadeias produtivas, práticas de produção sustentáveis (integração lavoura, pecuária e floresta – ILPF e plantio direto – PD), recuperação de áreas degradadas, entre outras coisas.

Negociação Internacional

ENCONTROS CONTINUAM

Contexto

Com a integração dos países em blocos econômicos, a uniformização dos processos produtivos (Boas Práticas Agrícolas – GAP e o Sistema de Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos – HACCP) e a harmonização do aparato regulatório (normas, regulamentos e avaliação da conformidade), o Brasil



passou a ser signatário de acordos internacionais na área de:

- Barreiras Técnicas de Comércio: OMC
- Medidas sanitárias e fitossanitárias: SPS
- Propriedade Intelectual Relacionada ao Comércio: Trips

Entre outras tarefas, a agenda de trabalho passa pelos contenciosos da OMC e as negociações para redução de gases de efeito estufa na COP. Ambas as instituições envolvem processos burocráticos, morosos e caros, com exigência de uma gestão contínua.

A Rodada Doha, da OMC, iniciada em 2001, tinha como objetivo discutir a ampliação das condições de acesso aos mercados, os cortes efetivos nos subsídios à produção e o fim dos subsídios à exportação. Sem acordo, a negociação interrompida no encontro de Cancun, no México, em 2003. No ano seguinte na tentativa de salvar a rodada, foram estabelecidas algumas diretrizes para a negociação. Sem progressos, os trabalhos foram suspensos em julho de 2006, e houve uma tentativa de retomada, frustrada, em junho de 2007. As atividades foram interrompidas.

Já a COP-15, do Quadro de Mudança Climáticas da ONU, de 2009, realizada em Copenhague, frustrou a expectativa de quem esperava um acordo mais ousado para atenuar as mudanças climáticas e o aquecimento global. A incerteza paira sobre a continuidade do Protocolo de Quioto, firmado em 1997, mas que vence em 2012.

Internamente, em 2005, foi criada a Secretaria de Relações Internacionais no MAPA e recentemente aprovado o cargo de adidos agrícolas para as embaixadas brasileiras.

Objetivo

Política comercial Internacional mais eficaz, como maior articulação entre governo e iniciativa privada.

Estratégias

Reforçar o papel do governo nas negociações comerciais externas:

1. Câmara de Comércio Exterior (Camex) – continua como órgão colegiado de coordenação, em nível ministerial, integrada pela Casa Civil e Ministérios da Fazenda, das Relações Exteriores, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Planejamento, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Relacionado ao Comércio – Trips;
2. Criação do cargo de ministro para a coordenação do comércio exterior na Camex – importante para dar um ponto focal às decisões;
3. Papel dos adidos agrícolas para geração de informações de mercado e ajudar nas negociações sanitárias

O papel do Fórum Permanente de Negociações Agrícolas Internacionais (Abag, CNA e OCB), como o canal legítimo de interlocução do setor com o governo, deve ser fortalecido, além de parcerias e iniciativas oportunas (Icône, Coscex, ABC, Ares).

Infraestrutura e Logística

BASE NA COMPETITIVIDADE

Contexto

O crescimento do agronegócio depende diretamente de investimentos em infraestrutura, para melhorar a sua logística e a competitividade. Os gargalos existentes nos setores de armazenagem, transporte e portos afetam a competitividade do setor. Cerca de um terço da produção nacional de grãos é desviado para portos mais distantes, segundo o MAPA.

Para a safra 2009/10, com produção em torno de 144 milhões de toneladas de grãos, os transtornos e as perdas continuarão pela deficiência de armazenamento e escoamento no período de maior pressão de oferta, entre o segundo e terceiro trimestres. A malha ferroviária nacional, com 29 mil quilômetros, desde os anos 1940 não atende à demanda atual. O resultado é que

uma colheita mais exuberante acarreta a chamada crise de abundância, com prejuízo certo para o setor e para a economia brasileira.

Enquanto o custo da logística no País é estimado em 16% do PIB para uma média internacional de 10%, o ritmo da movimentação do agronegócio tende a ser crescente, em milhões de toneladas: 310 em 2008, 400 em 2014 e 480 em 2009, segundo a Anut.

O Congresso aprovou a Lei nº 11.079, em 30 de dezembro de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas (PPPs) no âmbito da administração pública. Sem as regulamentações necessárias, o instrumento encontra dificuldades de aplicação. Por sua vez, o PAC, lançado em janeiro de 2007, precisa desobstruir os gargalos que emperram a execução das obras: licenças ambientais, paralisações por determinação do TCU, motivações idelógicas, entre outras.

Objetivo

Atrair investimentos externos, com mudança na matriz de transporte, de acordo com a seguinte ordem de prioridade: hidrovia, ferrovia e rodovia.

Estratégia

Levar investimentos voltados para o agronegócio, que significam mais renda e empregos no futuro. São muitas opções de projetos com relação benefício/custo positiva e atrativas taxas de retorno.

Priorizar investimentos para o escoamento de grãos, com:

- Pavimentação da BR-163 (Cuiabá a Santarém), o término da Hidrovia Teles Pires – Tapajós e a conclusão da Ferrovia Norte-Sul;
- Elaboração de um plano audacioso de estradas vicinais para conectar os polos produtores aos centros urbanos;
- Programa Nacional de Dragagem: aprofundar os canais de acesso dos portos nacionais;
- Ampliação no uso de hidrovias: com investimentos de R\$ 5,5 bi-

lhões, a quantidade atual transportada, de 6,5 milhões de toneladas, poderia ser ampliada sete vezes (Fonte: Antaq).

Quanto às ferrovias, é importante melhorar o acesso terrestre aos portos; dar direito de passagem entre as concessionárias e garantir espaço ao operador independente (comboio próprio).

Na parte de gestão, fortalecer o engajamento do governo, por meio da ANTT, Antaq e outras.

Na construção de álcoolduto, empreender o projeto do consórcio PMCC (Petrobras, Mitsui e Camargo Corrêa) no primeiro trecho de Uberaba a Paulínia (2º semestre de 2011). De 2011 a 2013, via Ilha d'Água, no estado do Rio de Janeiro, para o mercado externo. O sistema movimentará 12,8 bilhões de litros por ano no trecho de Senador Canhedo a Paulínia, na safra 2020/21; 9,4 bilhões de litros daqui a dez anos.

Pesquisa, desenvolvimento e Inovação SINTONIA GLOBAL

Contexto

A área de pesquisa e desenvolvimento é crucial porque dela depende a obtenção de resultados futuros. O manejo das terras do Cerrado, o plantio direto e a integração lavoura, pastagem e florestas, são casos louváveis de inovações de processos na agropecuária. A biomassa e as fontes de energia renováveis são empreendimentos promissores.

Produtos como sementes, fertilizantes e defensivos tiveram alterações radicais na sua composição e formulação ao longo do tempo. O avanço tecnológico trouxe ganhos de produtividade, que mantiveram a produção crescente para atender à demanda cada vez maior por alimentos, energia e fibras.

Desde 2008, com a aprovação de protocolos sobre o uso e aplicação de organismos geneticamente modificados, o potencial da pesquisa nacional cresceu.

As decisões da Comissão Nacional de Biossegurança, com seu colégio integrado por profissionais de notório saber, foram acatadas e respeitadas pela sociedade.

A área de P,D&I no Brasil conta com marcos legais adequados, tais como:

- Lei de Proteção dos Cultivares: Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997;
- Lei de Sementes: Lei nº 10.811, de 5 de agosto de 2003;
- Lei de Biossegurança: Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005, que revogou a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995;
- Lei de Inovação: Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, que abre opções criativas para a montagem de parcerias entre entidades privadas e governamentais.

A legislação deve acompanhar o progresso científico e os novos anseios da sociedade. A politização e a ideologia em questões de caráter eminentemente científico empobrecem o debate e colocam o Brasil em desvantagem perante outros países.

Objetivo

Ampliar os investimentos em ciência e tecnologia, para sistemas mais eficientes sob a ótica econômica e ambiental;

Focar na produção de alimentos de melhor qualidade e baixo custo, assim como biomassa total mais competitiva e indústrias associadas que agreguem valor aos produtos com tecnologias de ponta;

Aumentar a competitividade para permitir maiores oportunidades de acesso aos mercados e reduzir o risco de barreiras comerciais.

Estratégias

Valorar o capital intelectual por meio de consórcios públicos-privados, sociedades de propósito específico, incentivos fiscais para parques tecnológicos, entre outros.

Assegurar investimentos de 1% do PIB do agronegócio.

Atuar na fronteira da ciência, nas áreas de biologia sintética, nanotecnologia e TI para:

1. Obtenção de plantas com: 1) Maior capacidade de extração e melhor aproveitamento dos nu-

trientes; 2) Tolerância a estresses bióticos (pragas e doenças) e abióticos (umidade, acidez, temperatura, acidez etc.);

2. Transformação da radiação solar em fotossintatos;
3. Processos de transformação da biomassa em alimentos e fibras;
4. Melhorias nos índices zootécnicos.

Agroenergia

MATRIZ RENOVÁVEL

Contexto

Em março de 2003 ocorreu o lançamento dos veículos *flex*, que pela sua competitividade, ganharam rapidamente a preferência do consumidor. Isso atraiu muito investimento para a cadeia sucroenergética, ao mesmo tempo em que grupos estrangeiros chegavam, com seus projetos *greenfields* (novas plantas).

Com muitas empresas alavancadas financeiramente para expandir a produção, normalmente de dois dígitos por ano, a crise financeira, iniciada nos Estados Unidos em setembro de 2008, acelerou o processo natural de consolidação dos mercados, com a concentração e a internacionalização dos grupos empresariais que atuam no setor.

A volatilidade de preços continua acentuada, principalmente na produção e no consumo de etanol, pela falta de um marco regulatório adequado para a formação de estoques, enquanto a opção do mercado internacional passa pela “comoditização” do etanol, que constitui uma luta desafiadora.

O setor se expande com custos adicionais para desenvolver ações de sustentabilidade, com boas práticas para eliminar as queimadas, ampliar a mecanização das colheitas e reduzir o uso da água. O foco passa a sobre a indústria, com a terceirização da produção de matéria-prima.

As mudanças climáticas e os preços da energia são oportunidades para investimento em fontes limpas e renováveis. O crescimento da renda, da população e

a urbanização têm efeito direto no consumo de energia. Os modelos europeu e americano ainda estão montados baseados em políticas protecionistas na linha da curva de aprendizado. Com clima favorável e disponibilidade de terra, o cenário é positivo para o Brasil.

Perspectivas novas se abrem com o zoneamento econômico e ecológico da produção de cana, a criação das empresas de comercialização de energia, o reconhecimento do álcool de cana-de-açúcar pela Agência de Proteção Ambiental dos EUA (EPA) como mitigador de gases de efeito estufa, a sinergia com a produção de alimentos e a bioeletricidade.

Objetivo

Crescimento sustentável e integrado da agroenergia

Estratégia

Desenvolver políticas públicas para integrar a cadeia agroenergética que ajudem a montar uma matriz energética limpa e renovável para o País.

Aprimorar um marco regulatório com instrumentos para autogestão (ex:

estoques estratégicos, parcerias com as distribuidoras contratos de fornecimento, operações de *hedge* etc.) e tarifas para a bioeletricidade que estimulem a modernização de usinas velhas (*retrofit*).

Esforços para tornar o etanol uma *commodity* internacional, com ações de sustentabilidade, certificações de reconhecimento internacional e P, D&I dirigido para produtos de segunda geração;

Enfoque de segurança energética no Plano Nacional de Produção de Biodiesel: atos mandatórios mais arrojados no *blend*.

Normas e Certificações

DEFESA CONTRA AS BARREIRAS

Contexto

A natureza das barreiras protecionistas no comércio internacional tende:

1. à redução de tarifas nas importações, ao *dumping* nas exportações e aos subsídios a crédito e preços;

2. a aumentar nas questões sanitárias, ambientais e sociais.

Com isso, a operacionalização do Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT), na OMC, do qual o Brasil é signatário, ganha relevância. Esse processo incorpora na cadeia produtiva a participação da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (normalização), do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade – Inmetro (medição) e das entidades credenciadas (conformidade às normas).

Já há algum tempo, como garantia da qualidade dos produtos agropecuários, os países desenvolvidos exigem de seus fornecedores:

1. a adoção do Sistema de Análise de Riscos e Controle de Pontos Críticos ao longo das cadeias produtivas (Hazard Analysis and Critical Control Point – HACCP);
2. a ampliação das exigências do Padrão de Identidade e Qualidade dos Produtos de Origem Animal e Vegetal (Programa de Produção Integrada – PI e Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina – Sisbov).

Objetivo

Normas e certificações afetas ao agronegócio, em função do Acordo Sobre Barreiras Técnicas (TBT), com o apoio da:

- Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT (normalização);
- Instituto Nacional de Metrologia – Inmetro (medição);
- Entidades credenciadas (conformidade às normas).

Estratégia

Desenvolver sistemas para avaliação de barreiras técnicas, com metodologia de certificação compatível à realidade brasileira, harmonização, equivalência e regionalização das regras, indicadores de sustentabilidade, zoneamento ecológico econômico (ZEE) e indicadores geográficos e de denominação de origem.



Defesa Sanitária

TRANSPARÊNCIA E
UNIFORMIDADE

Contexto

DEFESA ANIMAL A febre aftosa constitui a principal barreira para o acesso da carne brasileira e sua depreciação

DEFESA VEGETAL Indústria moderna e pronta para responder com produtos e serviços para dar competitividade ao agronegócio, mas com muita burocracia, complexidade, lentidão e ônus no registro de defensivos agrícolas: Decreto Nº 4.074/2002 e Nº 5.981/2006, que regulamentam a Lei Nº 7.802/89 (Lei dos Agrotóxicos). Há ainda problemas de ilegalidade, relacionados à falsificação e contrabando de produtos.

Objetivo

Cumprir o Acordo de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (AMSF ou SPS – Sanitary and Phytosanitary), da OMC, do qual o Brasil é signatário, com exigência de maior transparência nas medidas sanitárias e fitossanitárias

Estratégia

DEFESA ANIMAL Concluir a erradicação da aftosa no território nacional, com a incorporação dos estados das Regiões Nordeste e Norte. Para o controle da doença, dar apoio técnico e financeiro aos países vizinhos e ampliar o relacionamento com a Bolívia, o Paraguai e a Venezuela.

Finalizar a biossegurança no Laboratório Nacional Agropecuário de Minas Gerais (Lanagro/MG), localizado na cidade de Pedro Leopoldo, o primeiro na área de veterinária de toda América Latina, que serve de apoio ao desenvolvimento de pesquisas e diagnósticos laboratoriais. Os focos serão, principalmente, a febre aftosa e a peste suína clássica, doenças de grande importância sanitária e com risco de propagação no País.

Melhoria e expansão da infraestrutura laboratorial, com expansão, fiscalização e controle dos laboratórios privados credenciados, treinamentos para diagnósti-

co e manipulação com biossegurança de materiais suspeitos de conter vírus exóticos e efetuar concurso específico para contratação de técnicos laboratoriais para obter uma adequada e ágil equipe especializada em análises.

DEFESA VEGETAL Revisão do Decreto nº 4.074/2002, quanto à avaliação de risco toxicológico e ambiental e à prescrição do tratamento fitossanitário pelos engenheiros agrônomos e florestais.

Registro de produto sob a responsabilidade do MAPA, com a participação assessoria das áreas de saúde (Anvisa) e meio ambiente (Ibama), além da informatização do processo de registro e pós-registro com transparência, agilidade e uniformidade no MAPA/Anvisa/Ibama.

Harmonizar as regras de uso e alterações de componentes nas formulações, com incentivos para a produção e formulação nacionais e prioridade à análise e aprovação das inovações tecnológicas (ativos novos, melhorias das formulações de produtos registrados, adequações à agricultura nacional).

Montagem Institucional

RACIONALIDADE E
MODERNIZAÇÃO

Contexto

A tendência crescente é de inserção internacional do agronegócio brasileiro nos próximos anos, à medida que suas exportações evoluírem. O cumprimento de uma série de acordos assinados pelo Brasil na OMC – bem como em outros fóruns internacionais – faz parte desse intrincado jogo comercial.

A posição nacional deve ser de uniformidade e coerência nas questões fundiárias e ambientais, com base na ciência e tecnologia. No caso da biossegurança, a evolução foi grande com a liberação comercial dos protocolos das sementes com organismos geneticamente modificados. Já o Protocolo de Cartagena, com relação à movimentação transfronteiriça de or-

ganismos vivos modificados, tira a força do Brasil nas negociações internacionais.

A concepção da atual Lei Agrícola nº 8.171, aprovada em 17 de janeiro de 1991, foi feita sob os pressupostos de uma economia fechada e apoiada por uma profusão de recursos públicos. A orientação era voltada à expansão da produção, sob qualquer custo. Não trata da visão da cadeia produtiva e da detecção de seus gargalos para um crescimento setorial mais sustentável a médio e longo prazos.

Objetivo

Disponibilizar o País de um marco regulatório adequado para uma:

1. Economia aberta;
2. Menor dependência de recursos públicos;
3. Orientação voltada para o abastecimento e o mercado;
4. Visão de cadeia produtiva e a detecção de seus gargalos.

Estratégia

Revisão e atualização da Lei Agrícola nº 8.171, com definição de:

1. objetivos e competências institucionais (ex: câmaras setoriais e temáticas do Consagro/CNPA);
2. dotação dos recursos;
3. estabelecimento de ações e instrumentos de política agrícola.

É imperioso também que as atribuições hoje submetidas ao Ministério de Desenvolvimento Agrário, à Secretaria Especial da Pesca e às áreas de florestas econômicas alocadas no Ministério do Meio Ambiente sejam concentradas no Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. As questões pertinentes à reforma agrária devem ficar subordinadas diretamente à Presidência da República.

Modernizar a administração passa por parcerias, terceirizações e credenciamentos em áreas de *marketing*, defesa sanitária, pesquisa, desenvolvimento e inovação. As agências como a Antaq e ANTT devem ter seus papéis fortalecidos e mais comprometidos com o agronegócio. É importante construir uma estrutura institucional que promova maior articulação entre governo e iniciativa privada, com os olhos no futuro.

5 AVALIAÇÃO E OPINIÃO

PRÓXIMOS PASSOS

Roberto Rodrigues

Como o documento aqui tratado é para os candidatos, que têm pouco tempo para ler, precisamos de um texto consistente, claro e com metas bem explicadas. Vamos resumir a quantidade de itens e elaborar o sumário executivo

Lembro-me das propostas feitas no 1º Congresso da Abag, dos “Dez Cs do Agronegócio”, em 2002. Tínhamos o que precisava ser feito e como teria que ser feito. Destacamos as leis e os artigos que tinham de mudar.

Quanto à ordem das propostas, aquela que diz respeito ao orçamento e o papel do MAPA deveria ser a última. A primeira seria a da montagem institucional.

A razão disso é de que, apesar de ter política agrícola e proposta estratégica, com as câmaras setoriais, algumas delas funcionando plenamente bem, muitos instrumentos não estão na esfera do MAPA.

Então, é importante o candidato compreender que não basta ter o MAPA atuante se o Ministério do Meio Ambiente, da Reforma Agrária, de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, o Itamaraty, enfim, doze ou treze ministérios, que têm atividades afins em determinadas áreas do agronegócio, não estejam atuando de forma integrada.

Por isso, a estratégia para o agronegócio, lastreada em metas, deve ser ordenada pelo MAPA, mas com as responsabilidades do Banco do Brasil, da Petrobras, ANP, ANA, do Inmet, Inmetro, entre outros.

Ainda quanto à proposta sobre o orçamento e papel do MAPA, o seu orçamento diminuiu, é verdade, mas o argumento contrário é de que mais dinheiro foi co-

locado no Ministério da Pesca, MDA etc. Temos então que tomar cuidado com essa informação, verificar bem o tamanho de todos os temas oferecidos orçamentariamente para o agronegócio.

Na questão do crédito e endividamento rural, o Banco do Brasil coordena um esforço nascido no Conselho Superior do Agronegócio (Cosag), na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), para reformar o sistema nacional de crédito rural, de 1965. Proponho uma conversa com o Guedes, diretor de Agronegócio do Banco do Brasil, que têm um conjunto de ideias na linha aqui exposta.

Depois que o Banco Central extinguiu a Diretoria de Crédito Rural, vários bancos privados tomaram a mesma decisão. Quando montamos a Frente Ampla, em 1986, tínhamos o Aldous Galletti, que era diretor de Crédito Rural do Banco Itaú e da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban). Talvez pudéssemos pensar a sugestão de retomar uma Diretoria de Crédito Rural no Banco Central e no BNDES.

Sobre seguro rural, renda e tributação, não tenho nada a agregar.

Na área de contratos nas cadeias produtivas temos duas coisas relevantes:

1. aprofundar a conversa com a BMF&Bovespa;
2. montar um modelo na linha do Consecana, mais amplo, que estamos tratando em nível acadêmico na Fundação Getúlio Vargas hoje.

No item de segurança fundiária, tínhamos que ir um pouco mais ambiciosamente e falar em segurança jurídica no campo. Contrato e questão trabalhista também entrariam nessa questão.

No item *marketing*, chamo a atenção para a questão de artigos sobre agronegócio que são publicados na mídia. Quando tomamos alguma posição que envolve polêmica e a favor da agricultura, recebemos muitas cartas contrárias e quase nada a favor. Acho importante a ideia de ter alguém se preocupando em reaplicar e reforçar os argumentos defendidos pelas lideranças do setor.

Na questão da sustentabilidade, temos uma economia verde fantástica – seja pela





agroenergia, pela tecnologia etc. —, que é altamente sustentável. Acho que a exposição de motivos sobre esse tema tinha que ser mais bem trabalhada.

Na questão de pesquisa, o mundo contemporâneo não prescinde mais da parceria público-privada na área de desenvolvimento tecnológico.

Em agroenergia, temos a questão de que o Brasil pode realmente mudar a geopolítica a partir da matriz energética. Esse apelo é interessante para um candidato.

E, finalmente, há duas coisas para serem propostas. Uma é o tema da gestão e competitividade. Apesar de algumas instituições cuidarem disso, como o Sebrae, o Senar e o Senai, o Estado não pode ficar à margem desse processo. A outra é a questão da organização do setor produtivo. A diferença entre uma sociedade desenvolvida e outra não desenvolvida é o grau da sua organização.

A Dinamarca tem um Conselho Agrícola que incorpora todas as instituições. É a antiga Frente Ampla, só que formal. Uma Abag multi-institucional. Tem uma

pessoa que participa da cadeia produtiva como um todo e fala pelos setores de fertilizante, semente, máquina, produtor rural etc. Perguntei para o ministro da Agricultura: “É bom ter esse interlocutor? Ele respondeu: “É muito ruim, mas é muito bom, pois falo com uma pessoa só”.

Sugiro mais três conversas na evolução dessas propostas: com o Célio Porto, que é o secretário das Relações Internacionais, o Elísio Contini, que montou a Assessoria da Gestão Estratégica, e o Mauro Lopes, que participou na elaboração da Lei Agrícola e do Estatuto da Abag.

Para terminar, tenho acompanhado o trabalho da CNA. A senadora Kátia Abreu está fazendo audiências no Brasil inteiro. É interessante não se dividir e analisar o trabalho desenvolvido pela Kátia Abreu. Vamos tentar uma interação para termos um projeto único em que a CNA, OCB, Abag, SRB etc. estejam sintonizados na mesma direção.

Coordenador da GV Agro

VISÃO MATRICIAL

Marco Jank

Como existem muitas propostas e a sua ordem também é antiga, acho que devemos tomar os temas chamados horizontais, que apesar de afetarem todas as cadeias produtivas, pouco têm a ver com o MAPA. São as questões da infraestrutura, da segurança jurídica, do problema ambiental, com essa confrontação absurda entre a agricultura e o meio ambiente, etc. Entendemos que esses temas horizontais poderiam ser olhados e colocados no começo do documento, para depois entrarmos nas propostas mais específicas.

Presidente da Unica

EXPERIÊNCIA DA ABC

Elizabeth de Carvalhaes

Independentemente das ações pontuais mais focadas na agricultura ou no combustível renovável, na floresta, tivemos uma experiência em 2009, na Aliança Brasileira pelo Clima. Juntamos os setores e criamos, na ênfase horizontal, um documento de negociação muito bem recebido como um movimento do setor privado.

Da parte, por exemplo, de celulose e papel, seria oportuno fazer uma nova aliança na elaboração das propostas, que chamasse a atenção dos candidatos, daquilo que é horizontal realmente. Na celulose, no papel, na siderurgia e madeira, como é um agronegócio com essa dificuldade de entendimento no governo, na mídia, na sociedade, seria extremamente oportuno esse trabalho.

Presidente executiva da Bracelpa

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Rodrigo Lima

A visão horizontal da sustentabilidade e do meio ambiente estará na agenda de todos os candidatos, pois envolve lei federal e estadual, com mais ministérios além do MAPA. Na COP-15, por exemplo, as propostas levadas pelo governo brasileiro para jogavam no colo da agricultura a responsabilidade pelas ações de mitigação, só que se desconhecia (e inexistência) (a existência) de metodologias aprovadas para isso. Não tinha texto sobre uso da terra na discussão que hoje permitisse essas práticas serem reconhecidas como mitigadoras. Esse também é um tema da agenda para os candidatos.

Gerente Geral do Icone

as nossas demandas”. Trazer os ministros da Fazenda, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, das Relações Exteriores e criar algo permanente nesse relacionamento.

Outras três questões que não podem faltar: a educação profissionalizante, a solução para o problema do endividamento dos produtores no longo prazo e a garantia de renda da agricultura.

Presidente da Ocepar

POSIÇÃO DE CONSENSO

Carlo Lovatelli

Sem dúvida, tentaremos envolver cada vez mais a CNA e outras entidades neste processo, com o objetivo de chegarmos mais ou menos em consenso e juntos ao Congresso Brasileiro de Agribusiness.

Com relação à formatação do processo, não me preocupa muito. Isto terá uma dinâmica muito mais efetiva do que aqui está. Trouxemos mais um borrão para levar os temas que nos preocupam, na ordem que fosse. Não ficamos orientados por prioridades e ênfases.

Com relação à comunicação, somos um dos grandes incentivadores e um dos maiores frustrados com a nossa imagem, tanto doméstica como internacional, do agronegócio brasileiro. Estamos desenvolvendo um plano para isso.

Todos os comentários mencionados neste fórum são extremamente interessantes e uma excelente dica. Agradecemos a contribuição. Estamos realmente curiosos em saber como será respondidos este nosso pleito, de aportarem sugestões até 9 de abril, para a completarmos este trabalho. Falaremos com os candidatos, depois de tudo pronto e consensuado.

Presidente da Abag

PAUTA PERMANENTE

João Paulo Koslovski

Vamos nos somar fortemente neste trabalho, mesmo porque também temos uma proposta. O ministro Stephanes nos disse que “O setor do agronegócio precisa ter uma pauta permanente com o governo”. Vamos sempre de forma individual, isolada e na defesa de um setor ou de outro. É fundamental buscarmos mais interação.

Será que não conseguiríamos fazer uma articulação entre as entidades nacionais, para compor um documento único, no qual teríamos uma equipe técnica profissional para acompanhar a execução dessas questões, tanto no Executivo como no Congresso Nacional?

Um ponto importante é que a pauta não pode ser exclusivamente no MAPA. O Roberto dizia isso para a gente: “Temos que fazer cair no colo dos demais ministros

